

O PARADOXO DA ATUAÇÃO DO ESTADO – “AS INTERFACES DOS MECANISMOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DOS COLETIVOS ESTIGMATIZADOS COMO POBRES”

Ana Paula Carvalho Otoni (Mestranda PPGDS- UNIMONTES);

Ana Cristina Fonseca de Vasconcelos (Mestranda PPGDS- UNIMONTES);

João Paulo da Silva Andrade (Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior)

RESUMO

Esse trabalho propõe um olhar sobre os legados que referenciam sobre a constituição conteudístico-estrutural das políticas públicas de intervenção social direcionadas aos coletivos estigmatizados como pobres, vulneráveis, mais especificamente, em se tratando do paradoxo da atuação do Estado em relação a elas. Fez-se mister, por outro lado, a observação das dinâmicas utilizadas pelo Estado durante a plenificação da sua lógica de manter sua conservação e consolidação, mesmo se ampliando. Enquanto, em contrapartida, os indivíduos, sobretudo aqueles aqui analisados pelo viés do estigma da pobreza, poderiam, pela sua dinâmica de socialização e pelos mecanismos adotados, vir a contradizer os rótulos e lógicas que se lhes impõem.

ABSTRACT

This paper proposes a look at the legacy that reference on the constitution of structural content social policy interventions directed at collective stigmatized as poor, vulnerable, more specifically, in the case of the paradox of state action in relation to them. There was mister, on the other hand, the dynamic observation of the state used during the ostentation of his logic maintain its preservation and consolidation, even if broadening. While, on the other hand, individuals, especially those analyzed here by the bias of the stigma of poverty, would, by its dynamics and socialization mechanisms adopted by, come to contradict the labels and logics that impose them.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe um olhar sobre os legados que referenciam sobre a constituição conteudístico-estrutural das políticas públicas de intervenção social direcionadas aos coletivos estigmatizados como pobres, vulneráveis, mais especificamente, em se tratando do paradoxo da atuação do Estado em relação a elas. A problemática fomentadora da pesquisa surgiu do interesse em perceber como a conjuntura estatal lida com o processo de estruturação e operacionalização das políticas públicas considerando as demandas que surgem no desencadear da história. Faz-se mister, por outro lado, a observação das dinâmicas utilizadas pelo Estado durante a plenificação da sua lógica de manter sua conservação e consolidação, mesmo ampliando-se. Partiu-se do princípio hipotético de que, os coletivos tidos como vulneráveis, pobres, fragilizados, seriam dessa maneira rotulados devido à necessidade que o Estado possui de que existam e se perpetuem tanto tais adjetivações quanto as desigualdades, a fim de que havendo a necessidade da assistência, haja a promoção da figura de um instituinte supremo. Partiu-se também da hipótese de que tende a existir um paradoxo na atuação do Estado, tendo em vista sua ação dicotômica de intervir para o controle manter, e posteriormente, retomar para si as intervenções que não o legitimassem como origem e fim da estrutura societal como um todo. Surge, portanto, o questionamento de se os estratos tidos como vulneráveis seriam vislumbrados como atores passivos, condicionados a todo o sistema de intervenção política que se lhe impusesse, ou ainda, de maneira mais analítica, se realmente seriam eles pobres e vulneráveis como descritos? Esta pesquisa configurou um estudo bibliográfico, portanto, seu *corpus* estrutural desenvolveu-se a partir da revisão de literatura condizente à temática em abordagem. Logo, essa pesquisa pretende proporcionar um olhar mais íntimo e submerso na realidade societal daqueles que, embora descritos, de maneira recorrente com um arsenal de estigmas, esses indivíduos tendem também a ser agentes na esfera social, engajados em processos contínuos de sociabilidade. Nas palavras de José de Souza Martins (2008), este trabalho reflete, também, sobre “*o drama e a trama da sociabilidade dos simples... observando a sociedade a partir da margem, do mundo cinzento daqueles aos quais as contradições da vida social deram a aparência de insignificantes e que como insignificantes são tratados pela ciência. E, no entanto, se movem...*”, e de maneira específica, dotada de particularidades reivindicam ou tentam reivindicar o seu reconhecimento, que está para além de rótulos e definições que os perpassam.

A partir das literaturas visitadas e das recorrentes análises, percebeu-se que no interior das relações interacionais dos coletivos tidos como desiguais, pobres, segregados, marginalizados, excluídos (GOFFMAN, 1987), dentre outra infinidade de adjetivações, parecem ser gestados mecanismos de sociabilização com os recursos possuídos por eles. Essa dinâmica favorece a motivação de entraves e resistências que desencadeiam represálias que exigem novas intervenções do Estado. O Estado, por sua vez, se apropria de um fenômeno de massa conduzindo-o ao crivo da regulamentação e da legislação, inserindo-o em categorias patronais, a racionalidade, por vez, vem como um fator estratégico de fazer com que as leis cheguem à sociedade.

Em tese, o paradoxo das razões do Estado estaria no exercício de impor normas e atribuições, refreando essas mesmas razões quando elas ameaçarem ou nulificarem seu princípio basilar de ostentação e perpetuação (FOUCAULT, 1987). Ao fim e ao cabo, o Estado perfeito, segundo o ideal estereotipado por seus agentes, seria aquele capaz de governar os sujeitos, pelo viés da manutenção e ampliação, tendo a si mesmo como um ciclo perpétuo em que se originam e findam a vida dos homens, considerando os seus valores vitais concretos e simbólicos (BOURDIEU, 1999).

Destarte, embora descritos, de maneira recorrente, com um arsenal de estigmas, esses indivíduos tendem também a serem agentes na esfera social, engajados em processos contínuos de sociabilização, e de maneira específica, dotada de particularidades reivindicando ou tentando reivindicar o seu reconhecimento, que está para além de rótulos e definições que os perpassam, significando, dessa forma, potenciais interventores junto às decis Estado e suas instituições.

1- O RECONHECIMENTO SOCIAL DOS COLETIVOS ESTIGMATIZADOS COMO POBRES

No anfiteatro das ciências sociais a temática reconhecimento social vem ganhando notoriedade e fomentando relevantes pesquisas sobre esse assunto. As premissas teórico-práticas das relações de interação entre indivíduos, dentro de um contexto de preservação moral, surgem nos estudos realizados no Instituto de Pesquisa Social, em Frankfurt, em meados dos anos 1924. Iniciando as análises das relações de reconhecimento recíproco,

estudiosos engendraram pelos princípios marxistas objetivando explicar tais relações através dos postulados de Marx, dando enfoque à questão da submissão das classes defrontantes, sendo que a classe proletária ao fim e ao cabo deveria se submeter aos pensamentos da classe dominante.

Já Axel Honneth (2003), em sua obra: *“Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais”*, postula que no processo de reconhecimento recíproco o indivíduo se lança a identificar a sua totalidade no outro e como *feedback*, de igual maneira, quer o outro assim o faça. Contratualmente, as regras que são pactuadas nessa gramática do reconhecimento dinamizam um exercício de “ir e vir” até que um dos participantes ou ambos tenham conseguido a percepção pela qual relutam.

O reconhecimento recíproco propicia a situacionalidade dicotômica de estreitamento e alargamento de valores que transitam entre o particular e o universal. A autêntica unicidade se desdobra em direção à particularidade do outro, os valores partilhados, por vez, tomam as suas divergências ou convergências, afirmação ou refutação, endosso ou repúdio e, nesse momento, os atributos, outrora particularizados se afrouxam na assimilação contrária ou a favor, pela concepção do “outro mundo”. O consenso acaba por ascender à transubstanciação do singular ao plural, e os valores particulares se elevam à totalidade universal. Como supramencionado nesse trabalho, os atores interacionais em questão são, por um lado, os coletivos estigmatizados¹ (GOFFMAN, 1987) como pobres e, por outro, o Estado, ou seja, instituído e instituinte. Nesse sentido, ao se referir à pobreza e vulnerabilidade, estaria, a conjuntura estatal dizendo respeito a uma pobreza existente? Os coletivos que recebem tais adjetivações estariam reivindicando por tal reconhecimento? E de maneira ainda mais analítica, esses coletivos seriam mesmo pobres? Ainda nessa perspectiva, faz-se plausível construir uma tipologia discursiva sobre o que viria a ser pobreza, como são e por quem são convencioneados os referenciais e estereótipos desse termo. Parece ser um terreno pantanoso, dotado de aporias conceituais. Não seria a pobreza um elemento relacional ou um significante vazio que se dota de significado somente a partir de dadas convenções? Sobre essa reflexão postula-nos Mikail Bakthin (1990, p. 32):

¹ A manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou o "perfil" de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica

A partir da citação supramencionada discerne-se que o signo “pobreza”, constituído pelos valores arbitrários: significado (definição que se atribui) e significante (àquilo a que a definição se refere) pode ter tanto um quanto outro, ou ambos distorcidos, ou ser conceituado apenas de um ponto de vista. Em outros termos, pode-se dizer que o rótulo “pobreza”, “vulnerabilidade” pode vir a distorcer a realidade, ou contemplá-la somente sob um prisma. Nesse sentido, em que dimensão de pobreza se enquadram os coletivos tidos como pobres, seriam eles reconhecidos pela dimensão do “rótulo” ou do “ser”? Segue ainda, o mesmo autor afirmando:

Em qualquer enunciado, desde a réplica cotidiana monoleximática até as grandes obras complexas científicas ou literárias, captamos, compreendemos, sentimos o intuito discursivo ou querer dizer do locutor que determina o todo do enunciado: sua amplitude, suas fronteiras. [...] (BAKHTIN, 1990, p. 300).

Pode-se compreender que todo e qualquer enunciado, palavra, frase envolta em seu aparato discursivo é dotado de um intuito, de uma intencionalidade que vem a delimitar e determinar toda estruturação contedística do dito, “sua amplitude, suas fronteiras”, ou seja, quando o vocábulo “pobre, vulnerável” é atribuído a algo ou alguém, aquele que impõe o estigma pode vir a utilizar-se desta palavra objetivando atingir fronteiras que estão para além de uma recorrência linguística. Entretanto, como aclara o analista da linguagem, é o instituinte que determina o todo, a sua amplitude.

A título de ilustração, convida-se a perceber como é recorrente a utilização do termo “pobreza”, “vulnerável”, “excluído”, “segregado”, dentre uma gama variada de adjetivações, nos manuais e documentos que relatam sobre as políticas públicas e sociais. Objetivos como “erradicação da pobreza”, “rompimento com o ciclo de precarização”, “atuação direta nas zonas de vulnerabilidade”, de que pobreza, precarização e vulnerabilidade se tratam? Será que existe a pobreza tal como se descreve? Não seria uma dimensão da pobreza acentuada em detrimento de uma abordagem enfática de outra dimensão realmente existente? Em contrapartida, se o rótulo pode não ser condizente à realidade, seriam as políticas públicas e

sociais estruturadas de maneira assertiva para assistir aos coletivos que delas seriam beneficiários?

Faz-se valia elucidar que, como explicado o rótulo ou estigma, está relacionado a definições e adjetivações que sacralizam os coletivos alvos de referidas denominações, por outro lado, neste estudo, o termo “ser” não está vinculado às ideologias existencialistas sartrianas, às concepções identitárias advindas de atribuições psicológicas, mas sim, à ideia de identidade, de valores condizentes aos capitais culturais (que designam o desempenho cognitivo, o conhecimento técnico e escolar), econômicos (que dizem respeito à posse de bens materiais ou equivalentes) e sociais, que seriam “*o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo*” (BOURDIEU, 1996) instaurados e partilhados nas relações interacionais de integração² (BAJOIT, 2006).

Antony Giddens (2002, p. 27) em sua obra “*Modernidade e Identidade*” versa sobre quais as implicações diretas se manifestaram no processo de reconhecimento identitário, a partir do fenômeno de modernização da sociedade. Em um dos seus argumentos, o autor faz a seguinte menção:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. (...) O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distantes que determinam sua natureza

A citação supramencionada reflete sobre os processos interacionais em que nem todos os participantes estão presentes no mesmo lugar ao mesmo tempo, o que pode sugerir que os indivíduos não se relacionam somente com outros do seu coletivo, mas constroem vínculos extrínsecos ao seu grupo, tendo, portanto, acesso a recursos que estão para além do ambiente em que vivem. Logo, a leitura a ser feita de um dado indivíduo ou coletivo, deve transcender

² Podemos apelidar de “integração” a capacidade de uma coletividade de conseguir que os membros (todos, desde o seu nascimento ou da sua chegada à coletividade, até ao fim da sua vida) interiorizem papéis sociais e que os desempenhem em conformidade com as expectativas sociais em vigor num dado momento, e estejam aptos a cooperar entre si. (p.54)

à “forma visível”, pois, segundo o autor, a percepção do que é material oculta elementos que são indispensáveis para a definição de sua natureza. Este argumento embasa a indagação de se alguns coletivos são conhecidos em sua essência ou aparência. Giddens (2002, p.96) desenvolve o raciocínio dizendo: “*Nos ambientes pós-tradicionais da alta modernidade, nem a aparência nem a postura podem ser consideradas definitivas; o corpo participa de maneira muito direta do princípio de que o eu deve ser construído*” em outros termos, o autor confere notoriedade às adaptações e mudanças a que o corpo se lança, aos processos contínuos de construção e reconstrução que se adéque ao que para ele viria a ser uma melhor opção diante do que ele vive. Pode-se pensar que os indivíduos dinamizam práticas cotidianas que possam proporcioná-los desenvolvimento³, melhorias e bem-estar. Dessa forma, as dinâmicas de socialização e os mecanismos de consecução de aditivos tendem a ser um princípio questionador, da precariedade, da pobreza e da vulnerabilidade mencionadas.

2- A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE INDIVIDUAL PARA O RECONHECIMENTO DE UM COLETIVO

Seguindo outra vertente do raciocínio, também condizente à temática em abordagem, faz-se valia aclarar que este estudo, embora não se restringindo às questões intersubjetivas constituintes do sujeito, parte da tese de que os coletivos mencionados são constituídos em si, por sujeitos, que são portadores de indicadores que podem vir a favorecer também a explicação de uma questão social, como afirma-nos Bajoit (2006, p.38): “*Dito mais claramente, são as relações entre os sujeitos individuais, à procura de construir e realizar a sua identidade pessoal através das suas trocas, que permitem compreender a vida social.*” Partindo dessa premissa, pode-se considerar que as relações no interior dos coletivos tendem a ser gestoras de mecanismos de socialização e de artifícios que venham a promover o desenvolvimento desses grupos, alçando-os para além de rótulos ou estigmas que os definem. Pode-se mencionar também a existência de motivações, que são particulares, em um primeiro momento, mas que, posteriormente, podem vir a ser partilhadas por todo o coletivo, ou parte significativa dele, passando de um desejo atomizado e individual a uma estratégia de motivação identitária desse coletivo. Para Bajoit (2006, p.150) “*a socialização forma as Identidades coletivas, pois os indivíduos que partilham as mesmas convicções, os mesmos*

³ Ater-se-á nesse estudo à concepção de Desenvolvimento Social, distando, todavia da tipologia discursiva e semântica pluridimensional em que se engaja o termo.

interesses, os mesmos afectos e/ou habitus, em resumo, as mesmas marcas sociais, têm tendência a reconhecer-se entre si". Atenhamo-nos à definição de identidade pessoal, segundo Bajoit (2006, p. 174):

A identidade pessoal é o resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho do ser humano sobre si mesmo, a que chamamos "trabalho do sujeito" ou "auto-gestão relacional" ou, ainda, "trabalho de construção identitária" (...) enquanto tiver um sopro de vida, o indivíduo trabalha sobre si mesmo, para (re)construir incessantemente a sua identidade. Se empregamos a palavra "trabalho" é realmente para dizer que se trata de um esforço, que o resultado não é evidente, não é dado, nem sempre é fácil de atingir, e, assim, que é preciso mobilizar "recursos" para o alcançar.

Através desse pensamento, pode-se refletir que se em busca do reconhecimento de sua identidade particular o indivíduo esforça-se, programa-se e lança um empenho objetivando essa conquista, e para isso ele precisa da mobilização de recursos, tende-se a deduzir, que em tese, uma quantia significativa, senão todos os indivíduos pertencentes a um dado coletivo, dinamizarão esforços para também fazê-lo. Cada um com o lhe couber, com os ativos de que disponibilizar, mas, certamente, não o farão sozinhos, isolados, desvinculados socialmente, atuarão em grupos, construindo e mantendo laços sociais, como nos esclarece Bajoit (2006, p. 151): *"a participação numa identidade colectiva permite a cada indivíduo poder contar com uma relativa solidariedade da parte dos outros membros do seu grupo de pertença ou de referência: essa solidariedade pode ser-lhe útil na realização das suas expectativas e dos seus compromissos identitários"*. Pois bem, com essa teia de raciocínio, pretende-se sugerir que talvez, essa dinâmica, essa forma de sociabilidade, possa vir a desconstruir e questionar os estigmas "pobreza" e "vulnerabilidade". Por outro lado, se o indivíduo, ou indivíduos, constituintes de um coletivo possuem suas metas, também são reivindicantes de direitos que possam desencadeá-las. Entretanto, se "o outro" não reconhece esses direitos, eles não são despojados por aqueles que acreditam que os tem por pertença, segundo ponderações de Bajoit, (2006, p. 176):

Aquilo que os outros não lhe reconhecem são três direitos que ele pensa que lhe devem ser reconhecidos, o de dispor livremente de seu corpo, o de beneficiar de um tratamento igual ao dos outros, e o de participar (de ser integrado) numa comunidade social.

Uma das leituras possíveis desse fragmento é de que se ele, ou eles evocam esse reconhecimento, se querem dispor livremente de seu corpo, beneficiar de um tratamento igualitário e ser integrados em uma comunidade social, a tendência é de que, mesmo condicionados a um sistema em que há uma gramática que rege os comportamentos, haverá um esforço em romper ou amenizar os empecilhos da concretização do objetivo. Não obstante a esses esforços que se fazem presentes, parece haver a necessidade de que sempre haja a reprodução do estigma de coletivos tidos como pobres e vulneráveis, dando por desconhecidas e sempre omitidas essas práticas que, de maneira ou outra, parecem desconstruir tais adjetivações.

A título ilustrativo dessa temática, faz-se alusão ao trabalho de Norbert Elias e John Scotson (2000), que relata sobre as relações de poderio entre dois grupos sociais residentes em um espaço industrial urbano, intitulado em nome fantasia por Winston Parva. A identidade desse trabalho, com a temática aqui discutida, surge da descrição de que ambos os grupos, não se diferenciavam por quesitos como estrato social, educação, raça, cor, opção religiosa, mas sim porque um dos grupos residia nessa comunidade desde muito tempo e os outros, os considerados como “os de fora ou *outsiders*”, eram novatos na região.

Pode-se concluir que todo complexo de relações de poder giravam em torno da manutenção e ostentação do estigma “*outsiders*” pela classe privilegiada pelo tempo em que assistiam naquela comunidade. Este relato foi trazido por questão exemplificativa, para que se pudesse dimensionar que a criação de um estigma tende a favorecer àqueles que dele se apropriam para benefício próprio, e por outro lado, passa a ter a visão que se tem, ou que se quer ter do “outro”, mas que, talvez, pode não ser condizente à realidade em que esse “outro” se insere.

Tramitando ainda a discussão sobre o apoderar-se do outro nas relações interacionais, Foucault (1987) em “*Vigiar e Punir*” relata sobre as normas de disciplina que são impostas pelo Estado e a dinâmica de submissão e condicionamento que são desencadeadas por essas práticas. A manutenção estatal e sua autopreservação constante são geridas por mecanismos de objetivação dos indivíduos, de coisificação de sujeitos. Tal lógica implicaria que o instituinte mantém sobre o instituído o controle de tudo que lhe diz respeito, involucrando-o

em definições e subjugando-o a intervenções tais quais aprouverem à lógica de ostentação do Estado e de suas instituições.

Essa primícia sugere a inferência de que pode haver divergências entre como o Estado reconhece, e nomeia o assistido, enquanto objeto de sua lógica de atuação, e como ele realmente é, originando, portanto uma disparidade entre as dimensões do “rótulo” e do “ser”. O não reconhecer o indivíduo na dimensão do que ele é, ou do “ser”, mas sim pelo estigma “rótulo”, é definido como denegação de reconhecimento, por Guy Bajoit (2006, 176), como se pode observar na citação seguinte:

O sujeito é denegado quando o indivíduo não consegue conciliar a sua identidade comprometida e a sua identidade atribuída: ele sofre então de uma denegação de reconhecimento pelos outros. Estes, não reconhecem o que ele é (...) reconhecem-no por menos do que ele julga ser.

Este fragmento evidencia a probabilidade da existência de uma concepção que revele a discrepância entre a “essência” e a “aparência” das formas de reconhecimento social. Por dada possibilidade, segue-se questionando, os coletivos estigmatizados ou reconhecidos como pobres realmente o seriam, ou são reconhecidos por menos do que se julgam ser?

3- O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO DESENCADEADO PELA LÓGICA DE ATUAÇÃO DO ESTADO E SUAS INSTITUIÇÕES

Frequentemente o Estado e suas instituições utilizam-se da menção e recorrência a estigmas, como já foi discutido no presente trabalho, para, de certa forma, justificar a razão de suas intervenções. Entretanto, se o instituído não recebe o reconhecimento de sua identidade, a partir da realidade em que vive e da sua essência, é possível que haja intervenções que não sejam condizentes às necessidades daqueles coletivos. Ora, parece que a lógica que move toda a razão de atuação do Estado, parte do interesse de manutenção e perpetuação do instituinte, usando da veiculação da imagem dos coletivos tidos como pobres e da naturalização das desigualdades. Desse contexto, pode-se compreender também que, as intervenções estatais

que deveriam ser orientadas para gerar o “desenvolvimento social⁴”, na perspectiva em que aqui se concebe, entram em colapso quando se deparam com a realidade. Daí, o paradoxo do desenvolvimento, principiando e pondo fim em si mesmo, devido à controvérsia existente entre o aspecto quanti-qualitativo da intervenção feita, e a quantidade e a qualidade da intervenção desejada. De forma resumida, não há possibilidade de intervir de maneira assertiva, se o público alvo é desconhecido. Logo, considerando haver um estreito vínculo entre reconhecimento social e desenvolvimento direcionar-se-á a discussão para esses meandros.

Nesse sentido, no que tange à obra do Rist (2009), em “*The History of development*”, o desenvolvimento, por ele conceituado, é a expressão de interesses de certo segmento, que possui um controle plural da estrutura societal, como elementos temporais, demográficos e ideológicos. Nesse trabalho, dista-se de uma concepção elitista, e estrutural-funcionalista do Estado em si e de suas intervenções, entretanto, em tese, o postulado de Rist, *ibidem*, tende a conduzir à reflexão de que existe um estrato privilegiado, detentor tanto dos bens escassos na sociedade, quanto de mecanismos de manipulação ideológica, que são defendidos e operacionalizados pela interface hegemônica do Estado e de suas instituições. Pode-se considerar, portanto que existe um coletivo que orienta as ações e intervenções da lógica de toda a atuação de Estado, Estado esse que se mantém a partir de práticas sacrificiais dos coletivos tidos como desiguais, ora pela reprodução das desigualdades, ora pela manutenção de rótulos estigmatizantes. Logo, nessa dinâmica heterogênea das relações sociais, essa pesquisa conduz ao questionamento: no processo de reconhecimento social, em que o instituído objetiva o instituinte, a validação reivindicada é conquistada por ambos os atores interacionais?

Por outro lado, quando se refere à integração e gestão das contradições, como nos propõe o conceito de desenvolvimento de Bajoit (2006) em sua obra “*Tudo muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*”, faz-se alusão a uma partilha e reconhecimento mútuo das dualidades, da realidade social dicotômica, da mescla e junção das polaridades, enfim, do reconhecimento das diferenças e das particularidades que em seus desdobramentos contínuos na construção dos laços sociais alçam à universalidade. Ora, isso implicaria o reconhecimento da identidade particular e dos

⁴ Desenvolvimento Social ou integrado: referente à expansão de liberdades, de criação e manipulação de mecanismos de sociabilidade, apropriação efetiva dos direitos humanos (capitais culturais, econômicos e sociais) e universalização da cidadania.

valores de todos (as) os (as) participantes do processo interacional. Dado esse viés de operacionalização do fenômeno, seria possível o “reconhecimento para todos (as)?”. O Estado pretende através de suas intervenções, manter o seu *status quo* de benevolência e compassividade, como postula-nos Arroyo (2010), enquanto os instituintes são reconhecidos como pobres e vulneráveis. Desejariam eles, de fato, serem reconhecidos através desse estigma? Para melhor se esclarecer sobre como o Estado e suas instituições se apropriam dos indivíduos, objetivando-os, mencionar-se-á algumas concepções que aclaram sobre esse assunto. Faz-se viável esclarecer que se tratam aqui das formas de atuação estatal, porque, a partir delas, pode-se contemplar com mais nitidez tanto o papel do instituído como estigmatizado, quanto do instituinte, o próprio Estado.

A começar, segundo Foucault (1987), *ibidem*, o período clássico desvendou o princípio de que o corpo pode ser objetivado pelo poder, guiado por práticas de manipulação, treinamento e disciplina, estando apto a responder e obedecer dócil e habilmente, desde que o método utilizado se ancorasse de maneira gradativa e sutil. Ou ainda em consonância com o pensamento de Foucault, cita Bajoit (2010, p. 48): “*o poder é uma capacidade de constrangimento político, diz respeito à gestão do Estado (...), é “a capacidade de obrigar os membros de uma colectividade a submeter-se e a participar numa certa ordem interna”*”.

A perspectiva foucaultiana advém dos princípios marxistas, portanto, consoante esse pensamento, a concepção de poder está intrinsecamente relacionada à centralização do poderio na classe dominante. Foucault (1987) inova com a ideia de transversalidade e dispersão do poder em detrimento de sua lógica totalizadora, entretanto, embora apresentando a rematerialização do poder, destituindo do Estado o papel de sede, elucida que os desdobramentos pulverizados do poder são orientados por resquícios da atuação estatal, trata-se, portanto, de ativos que gestiona os mecanismos de dominação. Esses princípios conduzem à inferência de que o poder de ação e coerção sobre a vida dos homens ganham novas roupagens, outras se perpetuam, instauram-se dinâmicas de atuação e de intervenção. Mas, a inquietação recorrente nesse estudo é se mesmo que os coletivos continuem a serem tidos como desiguais, vistos como um aglomerado homogêneo, assujeitados, seriam eles tais quais descritos e rotulados? Talvez, esses estigmas produzam uma aparência de passividade, mas, sobre a imagem de inércia que pode vir a ser transmitida, atesta-nos Guy Bajoit (2006, p. 26), em sua obra “*Tudo muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*”:

Certamente, o comportamento do homem é socialmente condicionado, mas o que lhe dá sua especificidade é que ele gera esse condicionamento: aceita-o ou rejeita-o, age sobre ele, transforma-o. Ele é condicionado, mas não determinado. Portanto, as suas condutas são sempre parcialmente imprevisíveis.

Esse fragmento vem esclarecer que os indivíduos não são somente espectadores passivos dos condicionamentos que se lhes impõe, nem tão pouco determinados por normas, condições e por que não dizer também, dos rótulos estigmatizantes recorrentes. Como postula Bajoit (2006), cabe ao homem aceitá-los ou não, agir sobre eles e vir a transformá-los. Ainda em se tratando da lógica de atuação do Estado e suas instituições, consoante ponderações foucaultianas, as práticas disciplinares orientadas pelos princípios estatais não mais utilizam de mutilações e agressões, distam-se das torturas que agridem a estrutura física do corpo, pois a estratégia de disciplina do panoptismo renovado é a divisão, tornando homogêneos os coletivos sempre observados por um olhar permanente. A lógica estatal é a de que as práticas sacrificiais não físicas são mais agressivas e violentas, pois partem do princípio de que conseguem incutir nos coletivos assistidos suas regras e normas. De tal maneira, o instituinte, ainda que atuando via poderes deliberados mantém sob sua constante observação e sujeição os coletivos estigmatizados como pobres, reproduzindo tanto as desigualdades quanto os rótulos.

Não obstante, somos convidados a nos questionar sobre até em que ponto a sujeição do instituído seria equivalente ao estigma que ele recebe, tendo em vista que a pobreza, a vulnerabilidade, a precarização, podem vir a transmitir uma ideia de parcimônia, ignorância e inércia. Seriam os pobres e vulneráveis, realmente pobres e vulneráveis? Em quais aspectos? Seriam fidedignos às adjetivações veiculadas pelo Estado e suas instituições? A identidade particular desses coletivos seria reconhecida em essência ou aparência?

Se por um lado, o Estado representa interesses das classes privilegiadas, por outro, ele precisa ceder aos embates e desconstruções das demais classes envolvidas no processo, porque talvez, o rótulo de pobreza e parcimônia que elas recebem, seja contraditório diante do seu agir e da sua dinâmica de sociabilização (MARTINS, 2008).

Partiu-se do princípio hipotético de que, os coletivos tidos como vulneráveis, pobres, fragilizados, seriam dessa maneira rotulados devido à necessidade que o Estado possui de que existam e se perpetuem tanto tais adjetivações quanto as desigualdades, a fim de que havendo

a necessidade da assistência, haja a promoção da figura de um instituinte supremo (ARROYO, 2003). Argumentou-se também da hipótese de que tende a ocorrer o paradoxo do desenvolvimento que é desencadeado pela atuação do Estado, tendo em vista sua ação dicotômica de intervir para o controle manter, adotando medidas que vão de encontro às reais necessidades dos coletivos alvo. Surge, portanto, o questionamento de se os estratos tidos como vulneráveis seriam vislumbrados como atores passivos, condicionados a todo o sistema de intervenção política que se lhe impusesse, ou ainda, de maneira mais analítica, se realmente seriam eles pobres e vulneráveis como descritos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, entretanto, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto aqui abordado, nota-se que a partir das literaturas visitadas e das recorrentes análises, percebeu-se que no interior das relações interacionais dos coletivos tidos como desiguais, pobres, segregados, marginalizados, excluídos, dentre outra infinidade de adjetivações, parecem ser gestados mecanismos de sociabilização com os recursos possuídos por eles. Essa dinâmica favorece a motivação de entraves e resistências que desencadeiam represálias que exigem novas intervenções do Estado. Destarte, embora descritos, de maneira recorrente, com um arsenal de estigmas, esses indivíduos tendem também a serem agentes na esfera social, engajados em processos contínuos de sociabilização, e de maneira específica, dotada de particularidades reivindicando ou tentando reivindicar o seu reconhecimento, que está para além de rótulos e definições que os perpassam. Por fim, ao Estado cabe o interesse na existência e perpetuação desses rótulos, para que seja mantido o seu *status* patrimonial de compassividade e benevolência, enquanto tais coletivos podem vir a representar o paradoxo da sua lógica de atuação (ARROYO, 2010).

Analisou-se também que ao Estado cabe o interesse em promover intervenções que realcem o seu poder de governar as ações dos sujeitos, legitimando para si a arte de apoderar-se da vida dos homens. Logo, as formas de atuação estatal revelam o poder de gestão sobre o modo de organização da vida, nesse sentido, trabalha o subjetivo do sujeito para que ele possa aderir a essa organização, orquestrando suas paixões e anseios, condicionando-os ao

panoptismo renovado (FOUCAULT, 1987). Dessa forma, o que está no centro das intenções do Estado é a sua própria manutenção, enquanto as regras, orientações e ordens são preponderantes para manter sua condição. Os efeitos camaleônicos do instituinte demonstram sua racionalidade, pois as suas investidas, e integridades advêm de uma conjuntura de indicadores amalgamados, oriundos de estratégias orientadas para sua ostentação contínua, haja vista que essa é a forma como deseja ser permanentemente reconhecido.

A racionalidade do Estado objetiva o controle populacional, nessa perspectiva da análise das valorações estatais, ainda que práticas sacrificiais da sociedade ocorram, o importante, é que não haja, em contrapartida o declínio do Estado. Entretanto, ele precisa se remodelar para se manter ostentado, pois ao seu papel tutelar são exigidas adaptações contínuas, ou seja, embora as medidas por ele aplicadas sejam emolduradas pelo princípio de manter os sujeitos condicionados aos projetos operacionalizados por ele, tal razão não assegura a não evasão dos indivíduos às normas impostas. O desafio para o Estado seria conseguir se manter em conservação, se desdobrando sobre os fenômenos de massa e se ampliando (FOUCAULT, 1987). Faz-se notório que, nessa tentativa de se ampliar e se perpetuar, o Estado arrisca-se em decair, pois, o público, principalmente em se tratando dos coletivos tidos como pobres, tende a criar mecanismos para travar embate contra os controles estatais, como foi mencionado no decorrer do estudo. O Estado amplia sua atuação para manter o controle, inclusive passando a intervir em questões sociais, nas quais antes não o fizera.

Constatou-se também que o Estado não pensa em termo de individualidade, porque o indivíduo se caracteriza, em potencial, como seu inimigo, em outros termos, avesso às ideologias veiculadas, por isso, para se auto preservar e manter o reconhecimento almejado, o Estado e suas instituições tendem a repensar ininterruptamente as suas ações e intervenções sempre voltadas para fins coletivos, sem implicar rosto de sujeitos (CASTEL, 1998). O Estado, não é, portanto, aleatório, visto que a racionalidade de suas ações é um fator preponderante para evitar que o seu declínio seja factível, pois, se todo controle, tutela e legislação estão sob a guia do Estado, e se tudo depende de sua chancela, conseqüentemente, todos os olhares e atuações estariam condicionados a ele. Pode-se observar que o Estado e suas instituições se apropriam de um fenômeno de massa conduzindo-o ao crivo da regulamentação e da legislação, inserindo-o em categorias patronais, a racionalidade, por vez, vem como um fator estratégico de fazer com que as leis cheguem à sociedade. Em tese, o paradoxo do desenvolvimento seria gerado pelas ações do Estado e de suas instituições

através do exercício de impor normas e atribuições, refreando essas mesmas razões quando elas ameaçarem ou nulificarem seu princípio basilar de ostentação e perpetuação.

Ao fim e ao cabo, o Estado perfeito, segundo o ideal estereotipado por seus agentes, seria aquele capaz de governar os sujeitos, pelo viés da manutenção e ampliação, tendo a si mesmo como um ciclo perpétuo em que se originam e findam a vida dos homens, considerando os seus valores vitais concretos e simbólicos. Enquanto, em contrapartida, os indivíduos, sobretudo aqueles aqui analisados pelo viés do estigma da pobreza, poderiam, pela sua dinâmica de socialização e pelos mecanismos adotados, vir a contradizer os rótulos e lógicas que se lhes impõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados**. Educação & Sociedade. v.31, n.113. p.1381-1416, out-dez, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>
- BAJOIT, Guy. **Tudo muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí- Brasil: Unijuí editora, 2006, 315p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**; tradução: Mariza Corrêa-Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
- ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações do poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 1987. Petrópolis, Vozes.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- GOFFMAN, Erving, **Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**, 1980, Brasil, Zahar Editores.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed 34, 2003. 296p.
- MARTINS, José de Souza Martins. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIST, Gilbert. **The history of development: From western origins to global faith**. New York: Zed. Books. 2002.
- RODRIGUES, Luciene. Itinerário da construção das abordagens de Desenvolvimento. **Argumentos: Dossiê Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 3, n. 1, p. 03- 255, dez. 2009.